



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

## ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E DISPARIDADES MACROREGIONAIS<sup>1</sup>

### DISPARITIES IN FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL

**Airton Adelar Mueller<sup>2</sup>, Dyllan Frees<sup>3</sup>, Pedro Luís Büttgenbender<sup>4</sup>, Roberta Rodrigues  
Valandro<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Artigo resultante da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNIJUÍ, disciplina de Dinâmicas Socioculturais do Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNIJUÍ. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br.

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNIJUÍ, bolsista CAPES. E-mail: dyllan.frees@sou.unijui.edu.br.

<sup>4</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNIJUÍ. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br.

<sup>5</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNIJUÍ, bolsista CAPES. E-mail: roberta.valandro@sou.unijui.edu.br

### RESUMO

A presente pesquisa versa sobre agricultura familiar no Brasil, com o objetivo de caracterizar os estabelecimentos da agricultura familiar, explorando as especificidades nas regiões brasileiras e detalhando aspectos de gênero e de faixas etárias de seus membros. A pesquisa caracteriza-se como pesquisa de natureza aplicada, quanti-qualitativa, bibliográfica, documental e descritiva. A coleta de dados de fonte secundária baseada no Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2021). A descrição e análise se deu orientada pelos objetivos do estudo. Os resultados apontam que o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, e por extensão a agricultura familiar, são marcados por grandes disparidades entre suas regiões brasileiras. Esta diversidade também se revela quanto as faixas etárias e de gênero. Indica o estudo, para a importância de investimento em políticas públicas desenvolvimento, que contemplem políticas e programas afirmativos e de inclusão direcionados à agricultura familiar. Estas que viabilizem um desenvolvimento mais harmônico e equilibrado nas dimensões econômica, social, e ambiental na perspectiva da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Gênero. Desigualdades. Masculinização. Dinâmica Populacional.

### ABSTRACT

This research is about family farming in Brazil, with the objective of characterizing the establishments of family farming, exploring the specificities of the Brazilian regions and detailing aspects of gender and age groups of its members. The research is characterized as research of an applied, quantitative-qualitative, bibliographical, documentary and descriptive nature. Secondary source data collection based on the 2017 IBGE Agricultural Census (2021). The description and analysis was guided by the study objectives. The results show that Brazilian socioeconomic development, and by extension family farming, are marked by great disparities



between their Brazilian regions. This diversity also reveals itself in terms of age and gender. The study indicates the importance of investment in public development policies, which include affirmative and inclusion policies and programs aimed at family farming. Those that enable a more harmonious and balanced development in the economic, social and environmental dimensions from the perspective of sustainability.

**Keywords:** Gender. Inequalities. Masculinization. Population Dynamics.

## I - INTRODUÇÃO

Nos anos de 1970 e 1980 no Brasil houve de forma intensa o fenômeno do êxodo rural, com a mecanização do agronegócio, uma certa parcela da população do campo se viu obrigada a deslocar-se para o meio urbano em busca de oportunidades trabalhistas (FROEHLICH, et al. 2011). Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), estima-se que no ano de 2015 a maior parte da população brasileira reside no meio urbano, abrangendo 84,72% e apenas 15,28% vivem no meio rural. A região brasileira que possui maior percentual de população urbana é o Sudeste, com 93,14%, e a região que possui maior percentual vivendo nas áreas rurais é o Nordeste, com 26,88%.

Essa interligação entre espaços urbanos e rurais são entendidas como dinâmicas de desenvolvimento, em que passam a ser encaradas através de um entendimento de suas inter-relações de complementaridade. Seguindo esta perspectiva, deve-se considerar uma certa relação entre ambos os espaços para a devida definição de estratégias de desenvolvimento (FAVARETO, 2007 b; VEIGA, 2005).

Outro dado importantíssimo refere-se à concentração de terras, o Brasil possui uma das estruturas agrárias mais desiguais do planeta, o Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, confirma que o grau de concentração permanece praticamente inalterado desde o ano de 1985. Em contrapartida, apesar deste cenário de desigualdade e de dificuldades, a importância da agricultura familiar em termos sociais e econômicos no Brasil é alvo de uma crescente literatura de estudos.

No que diz respeito à participação da agricultura familiar na economia brasileira, a inserção da família pode causar a diminuição do fenômeno do êxodo rural, bem como é capaz de contribuir para a geração de riquezas (ABRAMOVAY, 2006; GUILHOTO et al. 2007).

O objetivo desta pesquisa está focado em caracterizar os estabelecimentos da agricultura familiar, explorando as especificidades nas regiões brasileiras e detalhando aspectos de gênero



e de faixas etárias de seus membros. O artigo está organizado em quatro seções, sendo o primeiro composto por esta introdução. Na seção dois, os caminhos metodológicos. Na seção três, os resultados, discriminando a agricultura familiar, a questão de gênero e o setor agropecuário, as faixas etárias e a dinâmica populacional, os estabelecimentos agropecuários e a agricultura familiar e outras características dos produtores em estabelecimentos da agricultura familiar. Na seção quatro as considerações finais, agradecimentos e as referências.

## **2 - CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa conta com estudos populacionais, que são de extrema importância para a compreensão e delineamento do desenvolvimento. Como trata-se da imagem da população, que abrange variantes como gênero e idade, o estudo pode ser caracterizado de forma mista, ou seja, é composta por uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa (DAMIANI, 2002).

Desta forma, a pesquisa caracteriza-se de natureza aplicada, onde ela visa gerar conhecimento sobre as disparidades de desenvolvimento, com o intuito de provocar discussões e possíveis soluções a esta problemática que envolve interesses e verdades locais (GIL, 2002).

Em relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois se constitui na construção dos conceitos dos temas acima referidos, através de livros, periódicos e revistas, documental, pois foram analisados materiais de valor científico os quais vão ao encontro do objetivo geral da pesquisa, e descritiva, pois buscou pela seleção, tratamento e análise dos dados obtidos pelo Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2021). O IBGE como órgão certificado, responsável por pesquisas censitárias e reconhecidas, esse recurso expõe as características de uma determinada população, bem como analisa os fenômenos existentes (GIL, 2002; VERGARA, 2009).

## **3 – RESULTADOS DA PESQUISA**

### **3.1 Agricultura Familiar**

A agricultura familiar não se trata de uma nova temática, porém, seu recente uso com vasta penetração nos ambientes acadêmico, político e social acaba por adquirir novas e importantes significações. A agricultura familiar é capaz de incorporar-se aos principais



avanços técnicos e responder de forma positiva as políticas do governo, a racionalidade de organização não depende da família em si, mas sim de sua capacidade de adaptar-se e moldar-se aos comportamentos sociais e econômicos no ambiente em que se desenvolve (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo a Lei Federal nº 11.326/2006, pode-se considerar no Brasil as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Conforme o texto desta Lei, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos: I – não detenha de uma área maior que quatro módulos fiscais; II – utilize mão-de-obra familiar; III – possua renda originada das atividades econômicas do seu próprio estabelecimento; IV – administre seu estabelecimento com a sua família (BRASIL, 2006).

Dada a tamanha relevância da agricultura familiar no Brasil, pode-se destacar a sua grande influência na geração de emprego, possível retrocesso do êxodo rural do jovem, oferece maior aporte de alimentação dos brasileiros e desenvolve a garantia de segurança alimentar do país, mesmo ocupando uma área menor do que os demais estabelecimentos (ORTEGA, 2008).

Além da agricultura familiar ser um dos principais instrumentos de geração de emprego e renda no ambiente rural, ela também promove o crescimento desse setor no Brasil, porém sabe-se que o país precariza de políticas públicas que objetivem, impulsionam, apoiem e fortaleçam de maneira eficiente e eficaz a agricultura familiar (GRISA e ZIMMERMANN, 2015).

Só se viabiliza efetivamente a agricultura familiar através de uma economia solidária em que se soma esforços tecnológicos e diversificados. O ambiente da agricultura familiar exerce grande capacidade produtiva e é capaz de contribuir para o abastecimento do país, mas, todavia, este ramo é fortemente afetado por situações de risco, como a pobreza, falta de segurança e a precariedade nos estudos. Tendo em vista os seguintes fatos, torna-se essencial apoiar a agricultura familiar através de programas e incentivos (SANTOS, 2001; INCRA/FAO, 2000).

Em frente à atual preocupação mundial a respeito da sustentabilidade, a implementação da agricultura familiar tende a ser mais valorizada pois esse ramo fortalece as ações ambientais de forma correta e responde de maneira positiva a sociedade quanto a modelos de produção sustentáveis e saudáveis. Destaca-se que a agricultura familiar apresenta melhores condições



de sustentabilidade pelo fato de incorporar estratégias que equilibram os âmbitos econômico, social e ambiental, somado a isso, os agricultores familiares possuem uma excepcional aptidão de adaptar-se às adversidades dos sistemas (NEVES E CASTRO, 2010).

### 3.2 Questões de Gênero e Setor Agropecuário

Atualmente as classes dos ambientes rural e urbano devem ser investigadas cada vez de maneira mais profunda e complementar, pois constroem categorias cruzadas, assim, desenvolvem a homogeneização cultural, mesmo mantendo algumas especificidades de cada uma (FAVARETO, 2007 a).

Segundo as informações da PNAD, no ano de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens, ou seja, é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. No que diz respeito à faixa etária de até 24 anos, os homens são superiores às mulheres, totalizando 17,8% em comparação à 17,2% respectivamente. Porém, na faixa etária a partir de 25 anos, a proporção feminina possui maior evidência (IBGE, 2021).

Inúmeros estudos abrangendo a questão de gênero nos ambientes rurais, segundo Little e Panelli (2003), apontam desigualdades de gênero na agricultura nos anos de 1980 e 1990. Já Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) argumentam que apesar de alguns avanços, ainda há profusos empecilhos a serem confrontados e vencidos, como por exemplo: a divisão de trabalho, horários, salários, cargos, reconhecimento, tratamento, autonomia, condições de vida, preferência por filhos homens etc.

Somados a esses fatos, no ambiente rural no Brasil acontece a intensificação da masculinização, facilitando assim o êxodo rural seletivo de mulheres jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, e assim, conseqüentemente diminui a taxa de natalidade e aumenta a população de idosos. Esses fatores podem comprometer as decisões nos ambientes rurais, como também afetar na dinâmica social e cultural desse meio (FROEHLICH et al. 2011; BEREITENBACH e CORAZZA, 2017).

No que tange a gestão e planejamento do agronegócio, questão pertinente ao presente estudo, pode-se notar que os mercados estão se adequando para ascender com sustentabilidade. Trata-se do desenvolvimento do planejamento estratégico, que vai em busca da gestão eficiente baseada na administração eficaz, profissional e moderna (CRUZ, 2005).



### 3.3 - Faixas etárias e dinâmica populacional

A questão populacional possui grande destaque nas mídias sociais, ganhando ainda mais evidência graças aos dados divulgados pelo IBGE (2021). A devida identificação das particularidades é de extrema importância uma vez que diversas variantes influenciam na dinâmica populacional. No estado do Brasil, as faixas etárias rurais estão oscilando desde 1970, evidenciando-se a partir disso o envelhecimento populacional.

Sabe-se que a maior parte da migração rural para o meio urbano se deu através do processo de mecanização e modernização da agricultura. O fenômeno das migrações concentrou-se nas faixas de jovens e adultos, estes saíram em busca de novas e melhores oportunidades de estudos e emprego, assim, os meios rurais tendem ao envelhecimento (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1993).

Maia e Buainain (2015), evidenciam que o número de idosos em cada 100 jovens aumentou consideravelmente entre os anos de 1991 e 2010, isto corresponde a uma variação de 9,7% para 21,4% sobre os respectivos anos citados. Os autores supracitados ainda evidenciam que a proporção de idosos é maior no meio rural do que no urbano de forma geral. Antes, o envelhecimento populacional estava associado ao desenvolvimento e ao poder social, mas, pela ótica da população rural no Brasil, isso torna-se uma problemática, já que o fato acarreta a precarização da produção (CARONE et al., 2005).

Outra consequência do aumento da faixa etária das populações rurais repercute fortemente na redução de mão-de-obra disponível e qualificada, novamente afetando a produtividade rural. Ainda que a população urbana envelheça em questão singular ao rural, as populações idosas do meio rural sofrem mais. Assim, as principais causas do envelhecimento são por conta da não continuidade na gestão do agronegócio familiar, pouca valorização das atividades, baixa qualidade de vida e bem-estar, masculinização e pelo êxodo de jovens. Esses acontecimentos acarretam de forma negativa no desenvolvimento (MORAIS, RODRIGUES e GERHARDT, 2008; FROEHLICH et al. 2011).

No que diz respeito às heterogeneidades no meio rural no Brasil podem-se citar as divergências em proporções de idosos, condições socioeconômicas da população discrepantes, divisão desigual de terras, mais constante na região nordeste, envelhecimento mais intenso em determinadas regiões, nesse caso o sul brasileiro (FILHO et al. 2011).



### **3.5 - Estabelecimentos agropecuários e agricultura familiar no Brasil**

A distribuição no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil ocorre de maneira desigual, com grande concentração de produtores em alguns estados do país. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o Brasil tem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. Dentre estes, 45,78% encontram-se na região Nordeste, outros 19,11% dos estabelecimentos no Sudeste, 16,82% e 11,44% nas regiões Sul e Norte, respectivamente, e com a menor concentração está o Centro-Oeste, com apenas 6,84% do total brasileiro de estabelecimentos.

Outro fator a ser explicado é a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários dentro do país, assim é possível visualizar em quais estados e regiões a maior concentração de terra produtiva, e notar se há concentração de hectares em mãos de poucos produtores. Diferentemente do que acontece com os dados do número de estabelecimentos anteriormente citados, a representatividade da região Centro-Oeste agora é a maior do Brasil, sendo que ela é de 31,88%, cerca de 112.004.323 hectares, ou seja, a região com a menor quantidade de estabelecimentos agropecuários é a com a maior quantidade de hectares para a produção.

As regiões Nordeste, Norte e Sudeste apresentaram uma quantidade de hectares próximas, sendo de 70.893.867, 65.213.349 e 60.302.970, respectivamente, esses valores representam 20,18%, 18,56% e 17,12% do total de hectares brasileiro. A região Sul foi a que teve menor participação percentual do total, com 12,21%, cerca de 42.875.310 hectares.

Após explanar os dados gerais sobre a distribuição de unidades agropecuárias totais pelo Brasil, e de sua área total pelos estados, faz-se necessário a ramificação destes dados com foco na agricultura familiar, que é a base deste estudo. A tabela 1 contém dados referentes à distribuição das unidades e a área correspondente à agricultura familiar no país, sendo que os dados estão ordenados conforme grande região.

Segundo a tabela 1, a região Nordeste é a que apresenta a maior quantidade absoluta de estabelecimentos de agropecuárias familiares do Brasil, assim como é a com maior a área total para este grupo. Porém, é a região Norte que proporcionalmente tem mais estabelecimentos familiares das regiões, onde 82,77% de todos os estabelecimentos são de agricultura familiar, deixando assim a região Nordeste em segundo lugar, pois esta tem 79,17% dos estabelecimentos totais ligados à agricultura familiar. Na região Sul e Sudeste, a agricultura familiar representa 78,02% e 71,07%, respectivamente, do total regional. Já a região Centro-



Oeste, que é a com menor número de estabelecimentos agropecuários totais como já mencionado, também apresenta a menor representatividade de agricultores familiares do Brasil, sendo de, 64,30%, ou em números absolutos de 223.275 estabelecimentos agropecuários familiares.

Tabela 1 – Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar no Brasil com discriminações das regiões

Regiões	Unidades Agropecuárias Familiares		Área dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares	
	Unidades Totais	%	Hectares Totais	%
<b>Norte</b>	<b>480.575</b>	<b>82,77%</b>	<b>19.767.200</b>	<b>30,31%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>1.838.846</b>	<b>79,17%</b>	<b>25.925.745</b>	<b>36,57%</b>
<b>Sudeste</b>	<b>688.945</b>	<b>71,07%</b>	<b>13.735.872</b>	<b>22,78%</b>
<b>Sul</b>	<b>665.767</b>	<b>78,02%</b>	<b>11.492.520</b>	<b>26,80%</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>223.275</b>	<b>64,30%</b>	<b>9.969.751</b>	<b>8,90%</b>
<b>Brasil</b>	<b>3.897.408</b>	<b>76,82%</b>	<b>80.891.088</b>	<b>23,03%</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2017.

Com os dados da tabela 1, é possível notar que em todas as regiões a quantidade de hectares dos estabelecimentos agropecuários familiares é inferior a 40%, ou seja, a maior quantidade de terras da agropecuária brasileira está em mãos de produtores não caracterizados como familiares. Dados do Brasil mostram que 76,82% do total de estabelecimentos é familiar, porém somente 23,03% da área total brasileira está sob posse deles. A região Centro-Oeste é a que apresenta o menor montante de hectares da agricultura familiar, sendo de 9.969.751, o que representa apenas 8,90% do total da região.

Do lado oposto, a região Nordeste apresenta o maior número de hectares da agricultura familiar. A região tem 25.925.745 hectares dos agricultores familiares, este valor representa 36,57% do total da área agropecuária da região. Como destaque na região Nordeste, tem-se o estado de Pernambuco, que é o único estado do país com uma quantidade de hectares com maioria de produtores agropecuários familiares, chegando a representar 51,92% do total. As regiões Norte, Sul e Sudeste apresentaram uma representatividade da área dos agricultores familiares próximos, sendo estas de 30,31%, 26,80% e 22,78%, respectivamente. Porém, a



região Norte é a com a maior quantidade de hectares da agropecuária familiar, com 19.767.200, enquanto a quantidade das regiões Sudeste e Sul foram de 13.735.872 e 11.492.520 hectares.

### **3.6 - Características dos produtores em estabelecimentos da agropecuária familiar**

A divisão dos estabelecimentos agropecuários familiares pelas características dos produtores, é relevante para compreender de qual maneira espacial os agricultores estão distribuídos pelos estados da federação, quais são as semelhanças e diferenças em sua composição entre as regiões, e por fim, observar a quantidade de estabelecimentos e área cada especificidade está sob controle de cada grupo.

A tabela 2 apresenta a distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários familiares, e a área total dos estabelecimentos, conforme o gênero do produtor rural familiar. Primeiramente fica evidente a masculinização da agricultura familiar dentro do Brasil, onde todas as regiões apresentaram uma maioria de estabelecimentos agropecuários, assim como da distribuição das áreas dos estabelecimentos, tendo como produtor pessoas do gênero masculino. Os dados do Brasil mostram que 80,25% dos estabelecimentos agropecuários familiares eram de produtores homens, e somente 19,75% eram mulheres. A disparidade entre os gêneros acentua quando analisada a área dos estabelecimentos agropecuários familiares, sendo que 86,61% dos hectares eram de produtores homens e somente 13,39% de produtoras mulheres.

Entre as grandes regiões, o Nordeste apresenta o maior número de estabelecimentos comandados por mulheres, cerca de 446.425, o que significa 24,28% do total regional. Na área total dos estabelecimentos, o Nordeste fica em segundo com mais representatividade feminina, onde 14,72% dos hectares da agropecuária familiar eram de produtoras mulheres. O estado da Bahia foi o que apresentou em números absolutos a maior quantidade de estabelecimentos de produtoras mulheres, 159.860, o que representou 26,94% de seu total, fator que está diretamente ligado também a sua grande quantidade de estabelecimentos totais.



Tabela 2 – Divisão dos estabelecimentos e áreas agropecuárias familiares por Gênero do produtor

Regiões	Distribuição das unidades Agropecuárias por Gênero		Distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários por Gênero	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Norte</b>	<b>79,84%</b>	<b>20,16%</b>	<b>85,01%</b>	<b>14,99%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>75,72%</b>	<b>24,28%</b>	<b>85,28%</b>	<b>14,72%</b>
<b>Sudeste</b>	<b>84,99%</b>	<b>15,01%</b>	<b>88,36%</b>	<b>11,64%</b>
<b>Sul</b>	<b>87,71%</b>	<b>12,29%</b>	<b>90,92%</b>	<b>9,08%</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>81,59%</b>	<b>18,41%</b>	<b>85,90%</b>	<b>14,10%</b>
<b>Brasil</b>	<b>80,25%</b>	<b>19,75%</b>	<b>86,61%</b>	<b>13,39%</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2017

A região Norte apresentou uma representatividade feminina próxima a encontrada no Nordeste, porém, a representatividade do total de estabelecimentos agropecuários de produtoras rurais mulheres foi de 20,16%, enquanto a área ligada a seus estabelecimentos representou 14,99% do total. O destaque desta região foi o estado do Amapá, onde a área dos estabelecimentos agropecuários de produtoras familiares foi de 20,67%, a maior representação do país.

O Centro-Oeste e o Sudeste apresentaram distribuições no número de estabelecimentos agropecuários por gênero parecidas, 84,99% e 81,59% de estabelecimentos de produtores homens, respectivamente. Dentro destas regiões o estado de Mato Grosso do Sul é o que apresenta a maior participação feminina no total de estabelecimentos, com 22,97%. Não há grande diferença entre os dados da distribuição em gênero da área dos estabelecimentos nestas regiões também, onde 88,36% da área era de produtores homens no Sudeste e 85,90% de produtores homens no Centro-Oeste.

Os dados da região Sul mostram que a masculinização da agricultura familiar está avançada, é a região com a menor participação feminina de todo o Brasil. A representatividade no total dos estabelecimentos agropecuários familiares de produtoras mulheres, da região foi de apenas 12,29%, e os três estados da região são os com menores valores do país. Quando analisada a área dos estabelecimentos de produtoras mulheres, a diferença entre os gêneros é acentuada, onde 90,92% do total de hectares é de produtores homens e somente 9,08% de mulheres. O destaque desta região é o estado do Rio Grande do Sul, que apresenta a maior



representatividade masculina na área dos estabelecimentos agropecuários familiares, com 90,57%, e somente 9,43% na área de produtoras mulheres.

Como fator relevante para compreender as principais características dos produtores familiares pelo Brasil, a educação básica se torna relevante para a pesquisa. Saber ler e escrever é primordial para ter acesso à informação relevante dentro de propriedades agropecuárias. As informações necessárias para produtores podem variar, entre elas tem-se o acesso a notícias meteorológicas, informações sobre produtos e bens, disponibilidade de leitura de pesquisas agropecuárias, capacidade de entendimento das cláusulas contratuais de benefícios bancários, entendimento dos processos necessários para acessar linhas de crédito, leitura de informativos rurais, entre outros (WENCZENOVIC, TOLEDO e BOTTINI, 2021)

A tabela 3 revela a quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares percentualmente pela escolaridade básica do produtor. Nota-se que a região Nordeste brasileira apresenta os piores valores, onde 42,25% dos estabelecimentos agropecuários os produtores não sabiam ler e escrever, configurando assim um quadro preocupante no que tange a escolaridade dos produtores nesta região. A região nordeste, como apresentado anteriormente, é a com a maior quantidade de estabelecimentos familiares do Brasil, então, com os dados apresentados na tabela 3, a quantidade de estabelecimentos de produtores que não têm educação básica chega a 776.846, maior que todas as outras quatro regiões somadas.

A região Norte é a segunda com piores dados educacionais dos produtores agropecuários, onde, 22,70% dos estabelecimentos agropecuários familiares o produtor não sabia ler e escrever. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam dados percentuais parecidos na quantidade de estabelecimentos que o produtor sabia ler e escrever, 87,77% e 88,28%, respectivamente. Devido a pouca quantidade de estabelecimentos familiares da região Centro-Oeste, e alta quantidade de produtores com educação básica, esta região tem a menor quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares com produtores que não sabem ler e escrever, valor total de 26.168.



Tabela 3 – Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários familiares pela escolaridade do produtor

Regiões	Escolaridade do produtor	
	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
<b>Norte</b>	<b>77,30%</b>	<b>22,70%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>57,75%</b>	<b>42,25%</b>
<b>Sudeste</b>	<b>87,77%</b>	<b>12,23%</b>
<b>Sul</b>	<b>95,19%</b>	<b>4,81%</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>88,28%</b>	<b>11,72%</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2017.

Com os melhores resultados proporcionais há a região Sul, em que somente 4,81% dos estabelecimentos agropecuários familiares o produtor não sabia ler e escrever. Ou seja, nota-se que entre a agricultura familiar no Brasil o Sul é o mais alfabetizado proporcionalmente, pelo menos com a educação básica. Como destaque tem-se o estado de Santa Catarina, que apresenta um valor de 96,49% dos estabelecimentos em que o produtor sabia ler e escrever.

O envelhecimento populacional é uma constante no Brasil atual, desde o ambiente urbano até o rural. Porém, como sabe-se, o êxodo rural representou a saída de milhares de pessoas que viviam no interior de suas cidades para a área urbana, e entre estas os jovens principalmente, buscando melhores oportunidades de emprego, renda e educação, até mesmo melhoria em sua qualidade de vida. Este processo acelerou os índices de envelhecimento populacional rural, e pode afetar a continuidade dos estabelecimentos familiares, onde produtores mais velhos teriam que permanecer mais tempo como responsáveis, e seus descendentes não optaram por continuar a trabalhar na propriedade da família (FROEHLICH et al. 2011; FILHO et al. 2011).

A tabela 4 apresenta a participação percentual que cada grupo de idade dos produtores representa no total de estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil. Mediante aos dados da tabela, evidencia-se que a região Centro-Oeste é a que apresenta a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares com produtores em idade média e avançada, sendo que em 78,53% dos estabelecimentos os produtores tinham de 45 anos de idade ou mais.

A região Nordeste, a com mais estabelecimentos agropecuários familiares do Brasil, apresenta um número total de 530.507 unidades agropecuárias com os produtores com idade inferior a 45 anos, o que representa 28,85% do total de estabelecimentos. Porém, é a segunda



região com mais jovens produtores proporcionalmente, sendo o Norte a região onde a participação dos produtores com menos de 45 anos nos estabelecimentos é maior, cerca de 39,02% do total.

O Sudeste e Sul, apresentam um envelhecimento na estrutura dos produtores familiares muito parecida, sendo que, os estabelecimentos de produtores com 45 anos ou mais de idade representaram 78,42% e 77,51% respectivamente. A região Sudeste é a que apresenta a maior participação do total dos estabelecimentos onde os produtores têm de 65 anos ou mais, a classe mais envelhecida, sendo de 29,65%, em números absolutos, isso significa, 200.308 unidades. Como destaque tem o estado de São Paulo, que em 32,18% dos estabelecimentos agropecuários familiares os produtores tinham idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 4 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários familiares pela classe de idade do produtor

Regiões	Classe de idade do Produtor				
	Menor de 35 anos	De 35 a menos de 45 anos	De 45 a menos de 65 anos	De 65 e mais	Total
<b>Norte</b>	<b>17,20%</b>	<b>21,81%</b>	<b>44,48%</b>	<b>16,50%</b>	<b>100%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>11,52%</b>	<b>17,33%</b>	<b>44,51%</b>	<b>26,64%</b>	<b>100%</b>
<b>Sudeste</b>	<b>7,44%</b>	<b>14,14%</b>	<b>49,35%</b>	<b>29,07%</b>	<b>100%</b>
<b>Sul</b>	<b>8,21%</b>	<b>14,28%</b>	<b>52,86%</b>	<b>24,65%</b>	<b>100%</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>6,95%</b>	<b>14,52%</b>	<b>52,32%</b>	<b>26,21%</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2017.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento socioeconômico brasileiro é marcado por disparidades entre suas regiões, e o mesmo ocorre com a agropecuária. Dentro do país a agronomia é fortemente importante para o crescimento econômico, assim como para a melhoria do desenvolvimento local, porém, conforme muda a matriz produtiva local também muda a quantidade produzida e o valor bruto da produção, o que leva os resultados dos investimentos governamentais a se alterarem. O que é produzido no Norte do país é consideravelmente diferente do que no Sul, as culturas mudam, assim como a tecnologia empregada em cada método e os valores resultantes disso.



Os dados disponíveis pelo IBGE (2021) do Censo Agropecuário de 2017 mostram que a região Nordeste apresenta a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários do Brasil, sendo que quase 80% destes é de agricultura familiar, mas com uma quantidade de hectares que representa somente 36,57% do total regional. Os agricultores familiares desta região também são marcados pela matriz econômica, onde há muitas propriedades com baixos valores de produção, em que muitas são somente de subsistência, e sem diversificação de produtos.

A região Centro-Oeste é caracterizada pelo baixo número de propriedades agropecuárias e grande número de hectares disponíveis, sendo que os estabelecimentos familiares representam a maioria destas propriedades, mas sua quantidade de terras é de somente 8,90% do total regional. Esta região é caracterizada pela grande participação percentual no total de estabelecimentos de produtores em idade igual ou superior a 65 anos, assim como representar a menor valores de produção familiar do Brasil.

Já a região Sul é caracterizada por um valor de produção elevado, o maior do país. Quanto à educação, o grau de instrução básico dos produtores é alto, quase 96% sabem ao menos ler e escrever. Uma característica marcante desta região é a proximidade entre os produtores familiares e as agroindústrias, o que cria uma cadeia de produção, facilitando o crescimento econômico das propriedades familiares.

A partir dessa visão, torna-se extremamente necessário um pensamento crítico-estratégico para investir e implementar ações que viabilizem a agricultura no Brasil, desta forma a demanda de políticas públicas adequadas e eficientes de apoio à agricultura familiar é desejável, para que haja a contribuição para reduzir a tamanha diferença entre os campos brasileiros. Posto isto, a partir da identificação das necessidades e da implementação de políticas públicas que sejam direcionadas a promover a agricultura familiar, pode-se diminuir dificuldades históricas de desenvolvimento deste segmento (SARON, NETO, e HESPANHOL, 2017; JUNQUEIRA e LIMA, 2008).

## **AGRADECIMENTOS**

A realização das pesquisas que resultaram neste trabalho contou com apoio da FAPERGS, no âmbito do Edital 04/2019 – Auxílio Recém Doutor – ARD. O trabalho também foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Estudo da dimensão territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União.

BREITENBACH, R; CORAZZA, G. **Perspectiva de permanência no campo**: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. Revista Espacios, v. 38, n. 29, p. 9, 2017.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil** — panorama dos últimos 50 anos. IPEA: Texto para Discussão, v. 621, p. 1-28, 1993.

CARONE, G; COSTELLO, D; GUARDIA, N; MOURRE, G; PRZYWARA, B; SALOMAKI, A. **The economic impact of ageing populations in the EU25 Member States**. Economic papers, n. 236, p. 1-57, 2005.

CRUZ, A. **Gestão com Excelência no Agronegócio**. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão. ano 7 n. 13, p.126-129. 2005.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 7ª Edição. São Paulo: Contexto, 2002.

FAVARETO, A. **A longa evolução da relação rural-urbano**: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. RURIS, v. 1, n. 1, p. 157-190, 2007 a.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007 b.

FILHO, H. M. S; BUAINAIN, A. M; SILVEIRA, J. M. F. J; VINHOLIS, M. M. B; **Condicionantes da Adoção de Inovações Tecnológicas na Agricultura**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 28, n. 1, p. 223-255, 2011.

FROEHLICH, J. M; RAUBER, C. C; CARPES, R. H; TOEBE, M. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Ciência Rural, v. 41, n. 9, p.1674-1680, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.



GRISA, C; ZIMMERMANN, S. A. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Agroalimentaria**, 21, 2015.

GUILHOTO, J; ICHIARA, S; SILVEIRA, F.G; DINIZ, B. C; AZZONI, C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> Acesso em 27/07/2021.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

JUNQUEIRA, C. P; LIMA, J. F. de. Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Seminário: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LITTLE, J; PANELLI, R. **Gender Research in Rural Geography**. *Gender, Place and Culture*, v. 10, n. 3, p. 281–289, 2003.

MACIAZEKI-GOMES, R. C. de; NOGUEIRA, C; TONELI, M. J. F. **Mulheres em contextos rurais**: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n.1, p. 115-124, 2016.

MORAIS, E. P; RODRIGUES, R. A. P; GERHARDT, T. E. **Os idosos mais velhos no meio rural**: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto: Enfermagem*, v. 17, n. 2, p. 374-383, 2008.

NEVES, M. F; CASTRO, L. T. E. **Agricultura integrada**: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. Atlas, 2010.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea. Edufu, 2008.

SANTOS, M. J. dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, dez. 2001.

SARON, A. F; NETO, N.C.C; HESPANHOL, N.A. As dificuldades de implementação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 1-16, 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i1.30818>>.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

WENCZENOVIC, T. J.; TOLEDO, E; BOTTINI, M. E. **A EDUCAÇÃO: um obstáculo histórico para o desenvolvimento da agricultura familiar**. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 28, n. 2, abr./jun, 2021.